

Transformações na forma de aquisição de terras na área central da Mata Mineira na primeira metade do século XIX – (1820-1850)*

Fernando Gaudereto Lamas**

Resumo

A intenção desse artigo é analisar o nascimento e o desenvolvimento do mercado de terras entre as décadas de 1820 e 1850 na área central da Zona da Mata de Minas Gerais. Para atingirmos nosso objetivo faremos uso de fontes cartoriais que indicam a fase de transformação da terra em mercadoria nessa região. Acreditamos que somente após o apaziguamento dos conflitos com os indígenas esse mercado tornou-se viável.

Palavras-chave: *Zona da Mata mineira; século XIX; mercado de terras.*

Quando Eric Hobsbawm analisou o impacto da dupla revolução sobre a propriedade agrária na Europa, ele ressaltou a importância do tema ao afirmar “que o que acontecia à terra determinava a vida e a morte da maioria dos seres humanos entre 1789 e 1848” (HOBSBAWM, 2007: 209). Esta afirmação torna-se ainda mais relevante quando estudamos o caso brasileiro, pois por aqui o impacto da dupla revolução, especialmente o da Revolução Industrial, ainda não havia sido sentido com toda a sua força.

As transformações na forma de aquisição de terras mencionadas no título não esperaram a promulgação de uma legislação específica para se iniciarem. Como destacou Hobsbawm ao estudar processo similar na Europa, “na teoria este processo já havia sido amplamente aplicado na primeira metade do século, mas na prática veio a ser imensamente reforçado, depois de 1850, pelo triunfo do liberalismo” (HOBSBAWM, 1988: 203).

Apesar de percebermos que a terra estava sendo encarada como uma mercadoria, primeira das condições apontadas por Hobsbawm para o desenvolvimento do capitalismo, na área central da Zona da Mata mineira ela não passou para as mãos de “homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, isto é, pelos seus próprios interesses e pelo lucro” (HOBSBAWM, 2007: 210); ao menos, não no sentido proposto pelo historiador britânico.

Os novos proprietários eram tão desejosos de lucros quanto de prestígio social; tão ávidos por colocarem seus produtos no mercado como por especular via empréstimos com a

* Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento e, portanto, suas considerações encontram-se ainda e fase inicial.

* * Doutorando em História social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor substituto do departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

terra. Não podemos entender essas características como fruto de uma visão arcaica ou pré-moderna, mas dentro de uma lógica econômica e social específica de uma área que ainda não participava ativamente dos jogos das trocas promovido pelo ciclo do capital, que tipifica o capitalismo.

Na ausência de um sistema financeiro, bem ou mal desenvolvido, como era a área que ora pretendemos estudar, a compra de terras, assim como o empréstimo de dinheiro, forneciam os rudimentos básicos de um sistema financeiro, pois com a terra exercia-se a poupança e com os empréstimos a circulação de capital. Os empréstimos de dinheiro e sua conseqüente cadeia de endividamento, paga com terras, que encontramos, era, segundo análise de Rita Almico, parte de processos corriqueiros realizados tanto entre pequenos produtores agrícolas quanto entre produtores de diferentes portes (ALMICO, 2008: 11)

A terra estava sendo utilizada como segurança de pagamento de empréstimos, ou seja, era entendida como um bem alienável. Logo, ao ser oferecida como garantia de empréstimos reconhecida em cartório, a terra era na prática legalmente percebida como uma objeto vendável, ou seja, como uma mercadoria. Nesse sentido, essa transformação abria caminho para o processo de subordinação da sociedade às leis do mercado, pois como destacou Polanyi, até o século XIX “o trabalho e a terra nada mais [eram] do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem” (POLANYI, 2000: 93).

Uma ressalva merece ser feita quando se estuda a questão agrária na área Central da Mata de Minas, a saber: a presença de caracteres não econômicos que influenciavam a formação do preço final daquela mercadoria. Com base nas pesquisas de Giovanni Levi, constatamos que dificilmente o preço da terra era dado pela Lei da Oferta e da Procura, isto é, por mecanismos típicos do mercado auto-regulado. Em outros termos, os preços deviam ser ainda largamente estabelecidos através da contratação pessoal entre comprador e vendedor (...) (LEVI, 2000: 148).

Tal fato ficou patenteado na análise das escrituras de compra e venda de terras, pois na maioria dos casos o que ocorreu foi a venda da terra como forma de pagamento de dívidas subtraídas pelos pequenos proprietários e em outros casos o que vimos foi a compra e a venda ocorrendo em função de casos especiais, tais como a obtenção de dote para a Igreja¹ ou ainda a compra e venda de partes deixadas por herança partilhada. Portanto, em nenhum dos casos analisados podemos afirmar que somente os mecanismos do mercado agiram, já que outros

¹ Cartório de Notas de Rio Pomba. 2º Livro de notas do 2º Tabelionato da Vila de São Manoel da Pomba 04 de novembro de 1845, fl. 12.

mecanismos, alguns deles típicos de uma sociedade pouco urbanizada, em conjunto com outros mais associados ao aspecto financeiro que dava seus primeiros passos no fomento da agricultura camponesa, atuaram na formação dos preços da terra. .

Baseando-se no censo realizado em 1833, na área central da Mata de Minas, o município de São Manoel da Pomba possuía 14.485 habitantes. Compunham o município, os seguintes distritos: Pomba, Conceição do Turvo, Ubá, São Sebastião do Feijão Cru, São João Nepomuceno, Mercês, Santa Rita da Meia Pataca, Senhor do Bonfim, São José da Paraopeba e Conceição do Rio Novo. Os mais populosos eram Senhor do Bonfim (2566 habitantes), Conceição do Rio Novo (2430 habitantes), Mercês (1974 habitantes), São João Nepomuceno (1388 habitantes), Ubá (1248 habitantes) e a sede Pomba (1121 habitantes). ²

Este senso reflete o momento muito próximo após a elevação à condição de município de Pomba, ocorrida em 1831. O auto de elevação do pelourinho, símbolo da emancipação e da elevação a município contou com a presença de “pessoas ilustres” ou de “homens bons” conforme o vocabulário político-social da época e entre os quais destacamos Manoel Coelho de Oliveira e o reverendo Francisco da Silva Guerra (SANTIAGO, 1991: 81). Encontrarmos os dois envolvidos na elevação à condição de vila representou um sinal evidente da transformação na forma de aquisição de terras.

Comparando os dados do censo de 1831 com os dados da lista nominativa de 1819 podemos perceber que, tomando Ubá como exemplo, pois este aparece nos dois censos, a população escrava saltou de 274 (1819) para 393 (1831), ³ um aumento de aproximadamente 40% em 11 anos. Contudo, estes dados nos levam a conclusão de que aproximadamente 60% da população eram livres e que, portanto, a grande maioria ainda não possuía recursos para adquirir grandes plantéis de cativos, mantendo o mesmo grau de concentração encontrado em 1819.

Mônica Oliveira, analisando o mesmo censo (1831) para Juiz de Fora, percebeu que 40,87% de sua população era formada por pessoas livre, enquanto 59,13 encontravam-se em cativeiro (OLIVEIRA, 2005: 75). A diferença encontradas em ambas as listas corresponde à velocidade da expansão cafeeira na área Sul da Zona da Mata, fronteira com o Vale do Paraíba Fluminense, enquanto em nosso caso, a lavoura cafeeira levou ainda algum tempo para se desenvolver.

Em outras palavras, a área central da zona da Mata de Minas vivenciou durante a década de 1820 e parte da década de 1830 uma lenta transição de uma economia camponesa,

² Arquivo Público Mineiro. SPPP1/10, cx. 35, doc. 1

³ Arquivo Público Mineira. SPPP1/10, cx. 35, doc. 1.

baseada na mão-de-obra familiar (CHAYANOV, 1974: 47-48), para uma economia de mercado sustentada pela mão-de-obra escrava e pelo sistema de compra e venda de terras.⁴ A década de 1840 apresenta-se como o momento de maior incidência de endividamento e de conseqüente venda de terras. Tal foi o caso de Luiz dias de Carvalho e de sua esposa Anna Maria da Conceição que, devedores de Manoel Pinto ribeiro da quantia de 3:800\$000, hipotecaram oito alqueires de terras de cultura situadas na cabeceira do Bom Jardim, além de três escravos.⁵

Porém, o caso que melhor exemplifica a situação encontrada na área Central da Mata de Minas refere-se aos membros da família Teixeira de Siqueira. Analisando os livros de compra e venda de terras do 1º e 2º tabelionato de Rio Pomba visualizamos membros dessa família sendo citados ora como compradores ora como credores. Neste último caso, como mostraremos, a terra era sempre apresentada como garantia de pagamento.

Em 19 de janeiro de 1846, João Pedro da Silva fez uma escritura de dívida, obrigação e hipoteca ao seu credo Francisco Teixeira de Siqueira Júnior no valor de Trezentos e dois mil novecentos e dez réis. Como garantia de pagamento o devedor hipotecou *três quartos de terras de cultura que (...) possui na fazenda denominada Tejuco (...) e bem assim hipoteca igualmente uma parte das benfeitorias que possui nas mesmas fazendas (...)*.⁶ Em 26 de março de 1846 Francisco Teixeira de Siqueira Júnior apareceu como comprador das terras de João Pedro da Silva. A compra se deu pelo fato de que João Pedro da Silva não foi capaz de cumprir os compromissos assumidos com Francisco Teixeira de Siqueira Júnior para o pagamento de uma dívida. Como o devedor havia hipotecado suas terras como garantia, ele acabou perdendo as mesmas para o credor.

Em 15 de fevereiro de 1847 encontramos novamente Francisco Teixeira de Siqueira Júnior como credor de José Dias Leonardo da quantia de Trezentos mil réis. Outra vez, o devedor hipotecou parte de suas terras (18 alqueires) *com todas as mais benfeitorias que se acham situadas no lugar denominado Barra do Tejuco (...)*.⁷ Em 13 de julho de 1848 novamente encontramos Francisco Teixeira de Siqueira Júnior comprando terras, desta vez de dois casais, do alferes João Moreira Faria e sua mulher Dona Maria Madalena e Antônio

⁴ Evidentemente não pretendemos caracterizar essa economia de mercado como capitalista, pois os mecanismos de funcionamento daquela diferem bastante daqueles que tipificam o sistema capitalista. A este respeito cf. (POLANYI, 2000: 89-98).

⁵ Cartório de Notas de Rio Pomba. 2º Livro de notas do 2º Tabelionato da Vila de São Manoel da Pomba, 31 de janeiro de 1846, fl. 6-7.

⁶ Cartório de Notas de Rio Pomba. 2º Livro de notas do 2º Tabelionato da vila de São Manoel da Pomba, 19 de janeiro de 1846, fl.05.

⁷ Cartório de Notas de Rio Pomba. 2º Livro de notas do 2º Tabelionato da vila de São Manoel da Pomba, 15 de fevereiro de 1847, fl. 19.

Rabello da Silva e sua esposa Floriana Florisbela do Carmo. Neste caso também a compra se deu pelo não pagamento de uma dívida no valor de Dois contos e seiscentos mil réis.⁸

Nos três casos acima vistos percebemos um movimento interessante, pois todas as compras se deram como pagamento de dívidas que realizaram-se mediante empréstimos, sendo um deles bastante vultoso (2::600\$000) e os outros dois menores, um de 300\$000 e outro de 302\$910. Ao todo, entre 1845 e 1846 Francisco Teixeira de Siqueira emprestou 3:202\$910 uma soma considerável para uma região que era considerada à época como pobre. Em outro momento Francisco Teixeira de Siqueira aparece comprando metade de uma fazenda pertencente a Lino Teixeira de Siqueira e sua esposa Dona Ana Francisca de Jesus localizada no ribeirão do Espírito Santo no distrito de Mercês por 2:000\$000⁹. A escritura não esclareceu se essa compra também ocorreu como pagamento de dívida.

Cabe ainda destacar que, em uma sociedade baseada no sistema camponês, uma vez que a estrutura de posse de escravos ainda era baixa e pouco difundida, as dívidas são explicadas não pelo desejo de adquirir mais terras, mas da vontade de produzir na mesma. Em outros termos, era a carência de recursos que gerassem produção na terra (animais de tração, ferramentas, etc.) o problema daqueles pequenos proprietários.

Além de adquirir terras através de empréstimos e subseqüentes endividamentos, encontramos Francisco Teixeira de Siqueira comprando partes de uma herança deixada por Joaquim Alves de Siqueira¹⁰. Segundo consta no inventário deste último, Francisco Teixeira de Siqueira comprou as partes da herança de José Alves de Siqueira e João Alves de Siqueira num total de 1:184\$570 e mais 1:850\$000 pela compra de três escravos, a saber: Sebastião de 18 anos (700\$000), José, de 36 anos (600\$000) e sua mulher Francelina, de 26 anos (550\$000). Estes valores somados totalizam 3:034\$570 de um inventário cujo montemor 4:146\$000 representa praticamente 90% do valor total¹¹.

O fato de Joaquim Alves de Siqueira possuir um inventário e de este ter passado por um processo de partilha de bens entre os herdeiros é indicativo de certa posição social e de um relativo poder aquisitivo. Realizando uma trajetória de sucesso econômico era de se esperar que algum membro da família se envolvesse com a política local e este foi o caso de um dos irmãos de Francisco Teixeira de Siqueira Filho. Como destacou Edward Thompson, “a terra

⁸ Cartório de Notas de rio Pomba. 3º Livro de notas do 2º Tabelionato da vila de São Manoel da Pomba, 13 de julho de 1848, fl. 08.

⁹ Cartório de Notas de Rio Pomba. 4º Livro de Notas do Tabelionato de São Manoel da Pomba, 01 de julho de 1853, fl.

¹⁰ Apesar da semelhança dos sobrenomes, não encontramos nenhuma indicação de parentesco entre ambos.

¹¹ Arquivo Histórico do Fórum de Rio Pomba. Maço 24. Inventário amigável e partilha dos bens do finado Joaquim Alves de Siqueira, 12 de out. de 1849, fl. 9-10.

era não só trampolim para o poder e o cargo, como o ponto ao qual retornavam o poder e o cargo” (THOMPSON, 1998: 33). João Teixeira de Siqueira foi vereador por duas vezes, uma entre 1849-1853 e outra entre 1869-1873. Nesta última, ele aparece citado nas atas da Câmara com a patente de capitão (SANTIAGO, 1991: 123 e 137). Em outros termos, era uma estratégia comum buscar coroar o prestígio econômico com a posse de terras, abrindo, desta maneira, como salientou Barrington Moore Junior, possibilidades no campo da política (MOORE JUNIOR, 1999: 33).

João Teixeira de Siqueira foi casado com Anna Maria Cunha (TEIXEIRA, S.D.: 42). Nascido aos 26 do mês de setembro de 1823¹² alcançou cedo o cargo de vereador, pois aos 26 iniciou-se seu primeiro mandato. Aos 46, em seu segundo mandato, já possuía a patente de capitão. Sua patente garantiu-lhe ainda a condição de inventariante de Antônio da Costa de Souza.¹³ O montemor não era dos maiores (1:800\$500), mas, conforme análises de Silvia Maria Jardim Brügger, Vitória Schettini de Andrade e de Martha Hameister as escolhas de padrinhos, assim como de testamenteiros e inventariantes ocorriam a partir de critérios sociais, isto é, dentre os membros mais destacados da sociedade (BRÜGGER, 2007: 313-347; HAMEISTER, 2005: 3 & ANDRADE, 2006: 2).

Dentro dessa perspectiva, a escolha de João Teixeira de Siqueira como inventariante reflete o prestígio social que este tinha para com Antônio da Costa de Souza, pois caso contrário não o teria escolhido. Capitão, vereador e membro de uma família que vinha se destacando, tanto economicamente através de uma política de empréstimo, corporificando o capital, no dizer de Marx, como socialmente, através da aquisição de terras, abriam boas possibilidades para o afilhado. Esse tipo de estratégia não fugia à percepção dos pais à época.

Bibliografia:

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Pedir emprestado e emprestar: riqueza e crédito em Juiz de Fora. In: **II Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira**. Muriaé: Santa Marcelina, 9-11 de outubro de 2008.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Em nome da fé, da proteção e da submissão: batismo e apadrinhamento de filhas de mãe escravas, São Paulo do Muriaé (1852-1888). In: **Anais do II Simpósio Escravidão e Mestiçagem: Histórias Comparadas** (ANPUH) FAFICH/UFMG - Campus Pampulha. Belo Horizonte, 6, 7 e 8 de março de 2006.

¹² Igreja Matriz de São Manoel. Livro de Registro de Batismo n° 18, fl. 139.

¹³ Arquivo Histórico do Fórum de Rio Pomba. Inventário de Antônio da Costa de Souza, 23 de julho de 1898.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolha de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAYANOV, Alexandre V. **Teoria da economia camponesa**. 1974.

HAMEISTER, Martha. “A mão separada do corpo não será senão pelo nome”: famílias riograndinas e suas redes de relacionamento (Rio Grande, 1738-1763). In: **Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social**. Juiz de Fora: UFJF, 13 a 16 de junho de 2005.

HOBBSBAM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 21º ed. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBBSBAM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. 4º ed. Tradução: Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XII. Tradução: Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOORE JUNIOR, Barrington. **Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios**. Tradução: Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru/Juiz de Fora: EDUSC: FUNALFA, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTIAGO, Sival. **Município de Rio Pomba (síntese histórica)**. Belo Horizonte: imprensa Oficial, 1991.

TEIXEIRA, Francisco Camargo. **Bom Jesus do Itabapoama**. Niterói/Bom Jesus do Itabapoama: EDUFF: Academia Bojesuense de Letras, s. d..

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.